

ANFIP prestigia comemoração dos 51 anos da RFB



A ANFIP prestigiou, em novembro, as comemorações dos 51 anos da Receita Federal do Brasil, completados no dia 20/11, oportunidade em que a Entidade, representada pelos vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo) e Luiz Mendes Bezerra (Finanças), acompanhou o descerramento das fotos dos ex-secretários do órgão Jorge Antonio Deher Rachid e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, na sede da RFB, em Brasília.

Estiveram presentes ainda o secretário da RFB, José Barroso Tostes Neto, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, que parabenizou a Casa por ter tido lideranças importantes, preparadas e com o mesmo espírito de fazer um Brasil melhor. “Alguns aqui estão colaborando para a causa fiscal há anos. Embora os temas tenham ficado aqui dentro, já estão há 20, 30 anos se dedicando ao sistema tributário brasileiro”, destacou Guedes.

A comemoração foi motivada por um dos princípios do órgão, que é a preservação de sua história. Foram acrescentadas na galeria de secretários as fotos de Jorge Rachid e Marcos Cintra, que agradeceram a homenagem.

Premiações – Já no dia 22/11, representada pelos vice-presidentes Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Salarial), além da associada do DF, Léa Pereira de Mattos, a Associação acompanhou a entrega da Premiação da Medalha Noé Winkler, do Prêmio de Criatividade e Inovação e do Concurso Histórias de Trabalho. Na cerimônia, o secretário da RFB, José Barroso Tostes Neto, disse que sente orgulho da longa e rica história da instituição e falou sobre a importância do capital humano. “Este é o elemento que a nossa instituição, sem dúvida, se alicerça, permitindo-nos prover os serviços de qualidade para os

cidadãos e o Estado. O resultado que temos alcançado, ao longo desses 51 anos, são expressivos em todas as áreas. Portanto, nada mais justo que prestarmos essa merecida homenagem a todos os servidores que diariamente constroem a nossa casa”, afirmou o secretário.

RFB – Formada a partir da fusão e da consolidação de diferentes secretarias e órgãos de fiscalização, a Receita Federal despontou em 1968 como elemento inovador, sendo referência em organização e na eficiência de seus processos. Apesar das circunstâncias políticas daquele conturbado ano de 68, a Receita surge desde o início como uma instituição sólida, sopro de modernidade na administração pública brasileira. O uso da tecnologia, por exemplo, sempre foi uma das marcas da Receita Federal, um dos primeiros setores do Estado a estar presente na internet, desenvolvendo soluções em TI que descomplicam, cada vez mais, a vida do cidadão.

ANFIP cobra revisão da contribuição de aposentados
Página 2

Bônus de Eficiência em pauta na Economia
Página 3

João Pessoa recebe XII Encontro do Nordeste
Página 6

ANFIP cobra revisão das contribuições previdenciárias dos aposentados



Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal (CDH), realizada dia 4/11, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, alertou sobre a necessidade de o Congresso Nacional retomar o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que trata do fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. O objetivo da audiência foi analisar a reforma da Previdência, com

foco na PEC Paralela (PEC 133/2019).

Segundo Décio Lopes, é preciso amenizar as alíquotas estabelecidas pela PEC 6/19, de caráter confiscatórias, haja vista os percentuais de até 22% cobrados do servidor ativo e do aposentado. “Pensamos que a PEC Paralela já traria a revisão das alíquotas abusivas e confiscatórias dos servidores aposentados e dos pensionistas. Sendo assim, é interessante que o Congresso volte a discutir a PEC 555/06 para amenizar a situação dos mais idosos”,

disse. Ele acrescentou que não é comum a Constituição trazer alíquotas de tributos: “Mas, as de contribuição previdenciária foram cravadas no texto constitucional, o que dificulta a sua discussão no Judiciário”.

Outro ponto abordado pelo presidente foi sobre o incidente de prevenção de litigiosidade. “O que entendemos é que poderá dificultar mais ainda a questão das ações judiciais, frente à insegurança jurídica trazida pela PEC 6/19 e pela PEC Paralela”, alertou. Também falou sobre o impacto da reforma da Previdência para os municípios brasileiros. “A Previdência Social não é um problema, ela é a solução para a economia brasileira e para a economia dos municípios”, esclareceu Décio Lopes, se referindo aos dados publicados no livro A Previdência Social e a Economia dos Municípios.

ANFIP participa de reunião na Receita Federal do Brasil



Os vice-presidentes da ANFIP Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) se reuniram, dia 7/11, com o chefe de gabinete da Receita Federal do Brasil, Antonio Márcio de Oliveira Aguiar, para elucidar boatos quanto à antecipação da aposentadoria dos servidores. Para esclarecer e tranquilizar seus associados, a ANFIP procurou a

RFB para verificar se há fundamento na questão de que a Superintendência Administrativa do Ministério da Fazenda do Rio Grande do Sul (SAMF-RS) orientou os servidores que já entraram com pedido de aposentadoria, para o fim do ano, a antecipar os pedidos para antes da homologação da reforma da Previdência. Antônio Márcio, prontamente, garantiu que a informação não procede, pois o direito adquirido é inalienável e não vai haver nenhum prejuízo às pessoas em relação a isso.

A informação da RFB apenas veio a confirmar o entendimento da ANFIP quanto à garantia do direito adquirido constante do artigo 3º da PEC 6/2019, que diz: “A concessão de aposentadoria ao servidor público federal vinculado a Regime Próprio de Previdência Social e ao segurado do Regime Geral de Previdência Social e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.”

Expediente **Linha Direta**

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251-8100
Whatsapp: (61) 98289-5150

Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Jurídico

ANFIP vai ao Supremo contra aumento da alíquota previdenciária dos servidores

A ANFIP apresentou ao Supremo Tribunal Federal, dia 29/11, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.271, em que questiona o artigo 11 da EC 103/2019 (Reforma da Previdência), que alterou e inseriu a figura das alíquotas progressivas da contribuição previdenciária para servidores.

A ADI pede que seja suspenso o aumento da alíquota de 11% para 14%, bem como sua progressividade, até que o presidente apresente os elementos que foram usados para o cálculo de déficit, inclusive a projeção de todos os valores que serão aportados pela União na Previdência.

Pede, ainda, que seja deferida a liminar para determinar à União que informe a análise atuarial individual, computando-se os valores que deveriam ter sido aportados para cada servidor, caso o modelo fosse de contas

individuais.

A ANFIP defende ainda que não se pode usar meios de pressão econômica para violar direitos de minorias, servidores públicos, sob o pretexto de manter direitos assistenciais da maioria.

“A Previdência dos servidores sofre processo natural de mercantilização, mas tal modelo não pode ignorar o dever de a União contribuir. Os servidores públicos não são algozes da crise estatal e não podem ser tratados como culpados por questões econômicas a ponto de lhes retirar direitos que lhes são garantidos na Constituição, como o direito de propriedade”, pontua a ADI.

A ADI ainda pede que seja declarada “a inconstitucionalidade dos arts. 23 e 24 da EC nº 103/2019 por violação à vedação ao confisco, ao direito de propriedade e à negativa de recebimento de benefício pelo qual se pagou”.

Ação impetrada pela ANFIP é coletiva e contempla todos os associados

A ANFIP informa que continua a atuar na defesa dos seus associados para garantir o pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade, em percentual máximo. Objetivando o pagamento a todos os Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas associados, a Entidade ingressou, em 16 de abril de 2018, com ação judicial coletiva.

O referido processo judicial

encontra-se em fase de conhecimento, com sentença contrária ao pedido da ANFIP, mas com a contestação já apresentada, aguardando análise pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A ação é patrocinada pelo Escritório do advogado Carlos Mário Velloso. Compreende todo o período de vigência do Bônus de Eficiência e será objeto de Ação de Cumprimento de Sentença, caso o processo seja vitorioso.

Tramitação de ações judiciais

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, estiveram no dia 6/11 no escritório Mota Advogados Associados para cobrar agilidade nas principais ações da ANFIP sob responsabilidade do escritório, principalmente quanto às execuções dos 28,86% e dos 3,17%. A advogada Priscila Abritta recebeu os dirigentes.

A advogada informou que está trabalhando para finalizar o quanto

antes a execução dos 28,86%, visando a expedição dos precatórios. Quanto aos 3,17%, a representante do escritório informou que as execuções estão bem encaminhadas e há vários grupos com possibilidade de expedição do precatório para o próximo ano.

Assim que as decisões forem anunciadas, a ANFIP comunicará os interessados. O escritório vai encaminhar ainda um histórico detalhado e completo do andamento de todas as ações, já que existem vários grupos em situações diferentes.

Entidade analisa medidas para pagamento da GDAT



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, reuniram-se, dia 5/11, com o advogado Aldir Passarinho, patrono da ação referente à Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária – GDAT.

Com o intuito de concluir o recebimento dos valores que estão bloqueados, a ANFIP, ao lado de Aldir Passarinho, definiu um plano de ação. A primeira delas é a tentativa de conciliação direta junto à Advocacia Geral da União. “Nesse encontro aventou-se a possibilidade de um acordo, com a AGU. Posteriormente, devemos avaliar se as propostas são viáveis aos associados”, explicou o presidente Décio Lopes.

Além da iniciativa junto à AGU, a ANFIP também vai agendar uma audiência com o vice-presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, o desembargador Kássio Marques, com vistas a acelerar a admissibilidade dos recursos no processo que pleiteia os valores controversos relativos ao pagamento da GDAT. Na reunião, a ANFIP vai reforçar que os valores dos precatórios já foram depositados nas agências bancárias e aguardam apenas o desbloqueio judicial.

Na avaliação da vice-presidente Maria Beatriz Fernandes Branco, uma nova possibilidade de negociação foi aberta. “Nossos associados estão respaldados pela ANFIP e pelo escritório de advocacia que nos atende. Estamos na última fase desta ação, aguardando o pagamento dos valores controversos, que esperamos se realize no menor prazo possível”, disse.

Na OAB, ANFIP defende interpretação do Direito Previdenciário nas universidades



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou, dia 5/11, do evento “O diálogo entre Jurisprudência, Doutrina e Advocacia e o papel da Universidade como facilitadora deste diálogo, também na perspectiva comparada”, promovido em Brasília pela OAB Nacional, por intermédio da Comissão Nacional de Relações Internacionais e da Escola Superior de Advocacia (ESA Nacional).

Décio Lopes, em sua exposição, falou sobre a importância do Direito Previdenciário e de sua interpretação, principalmente em períodos de mudanças na legislação que trata dos benefícios previdenciários. “O Direito Previdenciário deve ser trabalhado como um todo, custeio e benefícios, e não a fonte de benefícios ser trabalhada como um direito voltado à assistência social e o custeio como matéria tributária. A contribuição previdenciária não pode ser tratada como uma simples espécie tributária, pois é a referibilidade direta para a concessão de benefícios. A advocacia precisa enfrentar o debate sobre contribuição e benefício e a interpretação do Direito Previdenciário deve estar presente em todas as escolas”, disse o dirigente.

Segundo ele, como a reforma do sistema previdenciário brasileiro tem sido pauta de todos os governos, é imprescindível que haja esse debate com os estudantes nas universidades. “O sistema previdenciário como conhecemos hoje vai deixar de existir. Será que no futuro teremos apenas um mínimo existencial? Esse debate precisa ser levado para os espaços de

discussão do Direito. A escola tem um importantíssimo papel na formação dos juizes do futuro”, ressaltou Décio Lopes.

O presidente lembrou que a inclusão da disciplina de Direito Previdenciário na matriz curricular dos cursos de Direito no país era bandeira antiga da ANFIP, sendo conquistada, por meio de ações da Ordem dos Advogados do Brasil, em dezembro de 2018, com a publicação da Portaria nº 1.351: “Consideramos de extrema importância a formação de profissionais nesta área e parabenizamos a OAB por levar essa matéria para as escolas”.

Dentre os palestrantes, destaca-se a participação do professor de Direito Previdenciário da Universidade Sapienza di Roma, Fábio Petrucci, que integra a parceria da ESA Nacional e a referida universidade italiana. O projeto conjunto, além do estudo comparado entre as legislações dos dois países, inclui programas de mestrado e doutorado na Sapienza di Roma, universidade que está entre as melhores do mundo.

Também participaram do evento o vice-diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (Enamat), Augusto César Leite de Carvalho; a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Garcia Porto; a diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Vera Lúcia Amorim Jatobá; e o secretário-geral da Escola Nacional da Magistratura, Samuel Meira Brasil Júnior.

Benefícios



Ganhador da Smart TV

O aguardado sorteio da Smart TV Samsung 49” para os cadastrados na plataforma de benefícios ANFIP tem +Vantagens foi realizado no dia 15/11, durante o XII Encontro do Nordeste dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, em João Pessoa (PB). O ganhador foi o inscrito 1383 – Paulo Afonso Santana, de Sergipe.

Na plataforma de benefícios, os associados têm acesso a diversas empresas conveniadas das áreas de saúde, educação, lazer, eletrodomésticos, academias, viagens, automóveis, e muito mais. Aproveite!

Férias planejadas

Chegou a hora de planejar suas férias! Aproveite o seu Clube de Vantagens e economize nas passagens aéreas, hotéis, aluguel de veículos e muito mais. Acesse anfip.temvantagens.com.br e confira todas as informações necessárias para sua viagem em um só lugar.



Quer ser fluente em Francês?

Com a Cultura Francesa os associados da ANFIP podem aprender um novo idioma com preços que cabem no bolso, sem perder a qualidade de aprendizado.

Confira as promoções para 2020:

- Desconto especial de 15% em todos os cursos.

- Se fizer sua matrícula até o dia 31 de dezembro 2019, dá para aproveitar os valores de 2019, sem reajustes.

- Aproveite o combo Intensivo + Regular e ganhe mais de 40% de desconto no seu curso intensivo de janeiro 2019.

ANFIP apresenta demandas da carreira ao subsecretário de Gestão Corporativa

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário, Carlos Alberto Souza, foram recebidos, no dia 28/11, pelo subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil, Moacyr Mondardo Júnior, e o coordenador-geral de Gestão de Pessoas, Paulo Faria Marques.

O encontro teve como objetivo a apresentação geral das demandas da carreira ao novo subsecretário, que assumiu a gestão no último dia 11 de novembro. Mondardo, antes da designação ao posto, era superintendente da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal.

Na pauta, debates relevantes ao Auditor Fiscal, como as definições de implementação do ponto eletrônico na RFB, o pagamento do Bônus de Eficiência, saúde funcional dos servidores, necessidades de treinamento, transferência de servidores, PDI (Programa de Desenvolvimento Individual), além da reestruturação da RFB e as reformas administrativa, tributária e previdenciária.

Dentre os temas, o subsecretário da Sucor anunciou que a Receita Federal já estuda a prática do Ensino a Distância



no módulo licença capacitação. Nas colocações também foi destacada pelos presentes a importância de uma nova construção de fortalecimento da Receita Federal junto à sociedade e ao Congresso Nacional, por meio dos servidores e das entidades representativas.

O subsecretário salientou a complexidade de assuntos tratados pelo atual ministério da Economia e pela RFB. Para destacar, somente a Receita conta atualmente com quase 26 mil servidores, gerindo 2.100 contratos, 781 edifícios e 528 Unidades de Funcionamento. Outro assunto que preocupa a administração e as entidades é o contingenciamento das despesas nos

últimos doze anos, já que os recursos orçamentários são fundamentais para o bom atendimento à população e a execução dos controles tributários.

Para o presidente da ANFIP, o momento é significativo e oportuno para avanços na carreira. “Estamos satisfeitos com a abertura da administração para essa conversa com as categorias. Desse modo, a condução da tomada de decisões por parte da RFB torna-se mais abrangente”, disse Décio Lopes. Durante o encontro, o diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional, George Alex Lima de Souza, firmou apoio à ANFIP em relação aos temas apresentados.

Recuperação de pagamento: Bônus de Eficiência de alguns aposentados é tema de reunião no Ministério da Economia

Os vice-presidentes da ANFIP Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário), Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social) e Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas) reuniram-se com servidores da Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, no dia 26/11, em Brasília.

Com vistas à recuperação do pagamento do Bônus de Eficiência referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, que foi cortado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e ainda não repassado a alguns servidores, os representantes da Associação foram informados de que o melhor meio para o recebimento é acionar diretamente o



próprio TCU. Sendo assim, a ANFIP pretende agendar uma reunião na Corte para discutir os casos e definir a melhor estratégia para que os pagamentos sejam realizados.

Segundo informações da Diretoria de Gestão de Pessoas, desde que o TCU libere o pagamento do Bônus de Eficiência, relativo a estes três meses, não haverá necessidade de nova ação junto ao Ministério da Economia. Os valores do bônus, referentes a períodos pretéritos,

não são considerados como de “Exercícios Anteriores”, e poderão ser pagos assim que o TCU se manifestar favoravelmente.

Ainda durante o encontro, a ANFIP abordou temas preocupantes aos associados, como as novas regras para concessão de aposentadoria, fraudes na aposentadoria e necessidade de atuação dos órgãos de controle; bem como a implementação do ponto eletrônico na Receita Federal do Brasil a partir do próximo ano.

No seu Estado

RS: Debate sobre reformas



A Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Adufrgs), em parceria com a ANFIP e a Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Social, promoveu no

dia 1º/11 o seminário “A reforma que o Brasil precisa”. O evento ocorreu na sede da Adufrgs em Porto Alegre (RS) e contou com palestras do vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado; da professora de economia da Faculdade Federal do RS e integrante do IJF, Rosa Chieza; do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Romero; e do professor do Instituto de Química da UFRGS e diretor da Adufrgs-Sindical, Eduardo Rolim de Oliveira.

SC: ANFIP-SC participa de seminário



O presidente da ANFIP-SC, Antônio Carlos Silveira, e o vice-presidente, Floriano José Martins,

participaram, dia 11/11, do Seminário sobre Reforma Tributária – PEC 45/19, realizado no Auditório da Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina). O evento contou com a presença de Bernard Appy, economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal, que defendeu a PEC 45/19, e do economista Paulo Rabelo de Castro, ex-presidente do IBGE e do BNDES, que fez o contra ponto à reforma tributária, dentre outras participações.

RN: Reforma Tributária Solidária em debate



Em audiência pública realizada no dia 4/11, na Assembleia Legislativa do

Rio Grande do Norte, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, apresentou o projeto “Reforma Tributária Solidária”, que objetiva tributar menos o consumo e mais a renda e o patrimônio. O evento reuniu parlamentares, sociedade civil, empresariado e entidades representativas de servidores do Fisco.

PB: ANFIP-PB ganha nova fachada



A Estadual da Paraíba, com a atualização de sua nomenclatura de

ANFIP-PB para ANFIP-PB, aprovada por seus associados em apoio do projeto ANFIP do Futuro, agora está de cara nova. A sede da entidade em João Pessoa ganhou placa de identificação atualizada. A unidade, presidida por Maria dos Remédios Bandeira, fica na Rua Capitão João Freire, nº 360 – Expedicionários Paraíba.

XII Encontro do Nordeste discute estratégias para 2020



O XII Encontro do Nordeste, realizado dia 15/11 foi de muito sucesso. O evento, realizado pelas Associações dos nove estados nordestinos, contou com o apoio da ANFIP e foi sediado na Estadual em João Pessoa, tendo como anfitriã a ANFIP-PB.

Com programação acolhedora, conteúdos técnicos, reflexões e confraternização, o XII Encontro do Nordeste reuniu Auditores Fiscais de todo o país. Nas apresentações, relevantes debates sobre os pontos principais da carreira, da Seguridade Social, as reformas administrativas que tramitam no Congresso Nacional e as novas legislações. Foram apresentados ainda os desafios para o ano de 2020, além de reforçar a importância da promoção, do fortalecimento e da valorização do Auditor Fiscal.

Ao todo, 219 participantes, dos quais 147 associados, marcaram presença, em João Pessoa, ao lado do presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes; da coordenadora do Conselho de Representantes, Dulce Wilennbring de Lima; da presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges; dos presidentes das Estaduais de Minas Gerais, Ana Maria Morais da Silva; São Paulo, Genesio Denardi, e Rio de Janeiro, Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade. Também prestigiaram o evento o presidente do Mosap, Edson Guilherme Haubert; o delegado da Receita Federal de João Pessoa, Hamilton Guedes Sobral; o presidente da Delegacia Sindical do Sindifisco, Glauco Jose Eggers, entre outros.

A ANFIP Paraibana também comemorou 34 anos de fundação, completados dia 7/11. Na oportunidade, o estado de Pernambuco foi escolhido para sediar o XIII Encontro do Nordeste, em 2021.

Previdência e contas públicas em debate na Câmara Legislativa do DF



Frente do Serviço Público analisa reformas econômicas



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, em debate realizado no dia 4/11, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, lamentou que a reforma da Previdência não tenha trazido nenhuma medida efetiva para melhorar o financiamento das políticas públicas. O ciclo de debates “Impactos da Reforma da Previdência na Vida e no Futuro dos Servidores Públicos” foi promovido pela Câmara Legislativa, Fonacate (Fórum das Carreiras Típicas de Estado do DF) e Faculdade Unyleya.

“Há uma estreita relação entre o resultado primário das contas do governo e a Previdência. Lamentamos que a reforma não traga mais recursos para garantir o equilíbrio do sistema. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), mesmo com as mudanças no sistema, o país continuará tendo déficit primário até 2023”, destacou Romero.

O dirigente lembrou que a ANFIP faz o levantamento, desde a Constituição de 1988, das receitas e despesas da Seguridade Social em todo o conjunto envolvendo Saúde, Assistência e Previdência, na publicação Análise da Seguridade Social.

Conforme os dados apresentados, se constata que, entre 2005 e 2018, inclusive contando com os saldos negativos de 2016, 2017 e 2018, houve superávit médio de R\$ 37 bilhões. “São recursos que foram tirados dos programas sociais e colocados à disposição do Tesouro Nacional”, afirma.

Segundo Romero, essa sistemática acontece desde a unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), na década de 1960. “O governo, pelo que registra a história, sempre se apropriou dos saldos

positivos da Previdência”, revelou. Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 1999 mostrou que R\$ 400 bilhões dos saldos positivos do INPS foram para o caixa do Tesouro. “Isso a valores atualizados representa R\$ 1,4 trilhão”, destacou.

Para Romero, a recuperação desse montante é improvável. “Na PEC Paralela nós vemos algumas medidas na linha dos ajustes financeiros”, disse sobre a reoneração do agronegócio, o fim da contribuição patronal para entidades filantrópicas, a tributação parcial das micro e pequenas empresas. Porém, conforme destacou Romero, lamentavelmente, se percebe que o grande interesse da proposta é equalizar as regras entre a União, Estados e Municípios.

Especificamente no subsistema rural, Romero informou que, só no ano de 2019, há previsão de arrecadação de R\$ 14 bilhões e um desembolso de R\$ 120 bilhões. “Continuaremos com desequilíbrio e uma necessidade de financiamento na ordem de R\$ 110 bilhões no subsistema rural. Se isso for mantido nesses mesmos níveis ao longo de 10 anos, teremos desequilíbrio de mais de R\$ 1,2 trilhão, valor 50% acima da economia divulgada pelo governo com a PEC 6/19. Nada está sendo feito de forma efetiva para diminuir a necessidade de financiamento do subsistema rural. É uma relação que exige claras medidas na área do financiamento”, disse.

Romero finalizou sua apresentação destacando que esta foi a mais profunda reforma previdenciária aplicada desde a Constituição. A que tem o maior efeito financeiro e um reflexo na vida de todo cidadão brasileiro, da iniciativa privada, do serviço público, pensionista, aposentado, ativo.

“Tanto os servidores públicos quanto a sua estabilidade são fundamentais para o Estado. Isso é algo que existe para que a sociedade tenha certeza de que há estabilidade do Estado”, afirmou o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, na reunião da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, realizada dia 5/11, na Câmara dos Deputados.

Cesar Roxo destacou ainda que, infelizmente, a equipe econômica insiste em resolver o problema do déficit mexendo nas despesas e direitos dos trabalhadores, quando, na verdade, o grande problema poderia ser resolvido “melhorando a arrecadação, combatendo os desvios e a sonegação, incrementando a fiscalização e fazendo a reforma tributária que o governo está deixando de lado por não querer enfrentar o desafio de acabar com a isenção de lucros e dividendos, de combater o *spread* bancário, que são os verdadeiros privilégios”.

O pacote apresentado inclui três Propostas de Emenda à Constituição, a Emergencial (186/2019), a dos Fundos Infraconstitucionais (187/2019) e a Mais Brasil (188/2019). Várias medidas atingem diretamente os servidores públicos e, conseqüentemente, os serviços prestados à sociedade.

As medidas suspendem, pelo período de dois anos, a criação de cargos; a progressão e promoção funcional de carreiras; a realização de concursos; a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios tributários. Uma das propostas suprime a obrigatoriedade de revisão geral anual da remuneração dos servidores. Fica ainda a possibilidade de redução da jornada de trabalho em até um quarto, com redução proporcional da remuneração.



SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP
Brasília / DF - CEP: 70040-907
Telefones: (61) 3251-8100 | Gratuito: 0800 701-6167
Email: info@anfip.org.br